

# Novos referenciais teóricos no XVI Encontro Nacional de Estudantes de Biblioteconomia

Solange Puntel Mostafa

Em primeiro lugar quero parabenizá-los pela escolha do tema deste Encontro. Da discussão das referências nasce a melhor teoria. Fiquei um pouco em dúvida sobre como trabalhar com vocês as referências teóricas. Finalmente achei o caminho pela leitura conjunta de três textos de colegas nossas, os quais nos dão indicativos de novos referenciais na ciência da informação: o texto onde Marteleto<sup>1</sup> pergunta se a informação é elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno; a análise dos paradoxos e desafios da ciência da informação onde Gonzalez de Gomez<sup>2</sup> analisa a inserção da informação na modernidade e o contraponto da pós-modernidade onde Araújo<sup>3</sup> responde à questão com a epistemologia informacional de J.F. Lyotard.

O que farei é quase uma preparação de leitura desses textos, pois eles podem e devem ser lidos e discutidos por vocês nos seus cursos de graduação. São autoras que têm referenciais comuns, de sorte que a leitura de uma ajuda na compreensão da outra; a questão da informação como fenômeno pós-moderno exige mais reflexão, até porque o próprio Lyotard é um autor aparentemente fácil de ser lido capítulo a capítulo; no conjunto, Lyotard revela-se mais problemático.

A primeira questão é entendermos as limitações dos referenciais teóricos presentes na ciência da informação, referenciais formulados pelos seus especialistas, os inovadores da nova área.

As várias formulações identificadas na ciência da informação por Marteleto e Gonzáles de Gomez colocam a informação como elemento de regulação dos sistemas de informação. O grande paradoxo dessa compreensão é o quesito da separabilidade com que trabalha a teoria dos sistemas. Separam-se ou isolam-se

alguns processos dos demais, de modo a poder analisá-los. Os sistemas de informações são processos de intermediação entre o conhecer e o comunicar. Esse sistema fica delimitado de tal sorte que o seu funcionamento interno é auto-regulado e tudo o que está fora do sistema só é útil à medida que dê equilíbrio ao sistema; o delineamento do sistema é de tal ordem que se mantêm algumas relações com o ambiente externo, mas o ambiente externo é de fato externo – fica fora. Não entra como constitutivo dos processos internos; é nesse sentido que informação é elemento de regulação. No sentido técnico de "servir" ao sistema.

Ora, dizer que informação é elemento de regulação é dizer que o próprio gerador-usuário de informação também o é, pois informação não é "coisa", mas é coisa de gente. Assim, os produtores e os seus usuários só interessam aos sistemas de informação como elementos de regulação. Nessa concepção (e olha que a ciência da informação já tem 30 anos), desaparecem os atores sociais e seus produtos semióticos e reina, absoluto, o sistema de recuperação de informação. O sistema é delineado como um mecanismo de transferência de informação e possui seus processos internos de coleta, registro, recuperação e disseminação. Claramente essa é uma abordagem técnica e tecnicante da informação e dos fenômenos informacionais. Por tanto tempo *criticamos* o tecnicismo da velha biblioteconomia – nos últimos 20 anos não fizemos outra coisa que a ciência da informação repete, em nova versão, o mesmo tecnicismo redutor. Por que redutor?

Porque a teoria dos sistemas é uma teoria mais apropriada para tratar os fenômenos biológicos ou naturais, já que as suas categorias de homeostase, equifinalidade, processamento e auto-regulação são ca-

## Resumo

*Novos referenciais teóricos da ciência da informação são abordados pelo fio condutor da polêmica entre Habermas e Lyotard.*

## Palavras-chave

*Ciência da informação/referencial teórico.*

tegorias mais próprias ao mundo natural, biológico. Bertalanfy, aliás, era biólogo. Essas categorias são técnicas e supõem integração não conflituosa dos elementos do sistema. Supõem certo automatismo. O quesito da separabilidade implícito nesta teoria torna-se de difícil aplicabilidade nos fenômenos sociais.

A totalidade nessa concepção é conseguida por somatório dos vários sistemas, já que não se trabalha com determinações, mas apenas com diferenciação de níveis. Todos os sistemas têm igual peso na composição do todo. A sociedade fica dividida (separada pelo quesito da separabilidade) entre nível econômico, nível educacional, nível político, nível da saúde, como nos ministérios da República. Até aí outras abordagens mais críticas também vão. O diabo é pensar que o Ministério da Educação goza do mesmo poder que o Ministério da Economia. Para a teoria dos sistemas, cada parte colabora na composição do sistema, com igual peso, pois a noção de sistemas é uma noção apenas técnica dos processos sociais. Algumas categorias sistêmicas analisei em outra oportunidade<sup>4</sup>. Técnica também é a relação dos sistemas com o seu entorno. O ambiente externo pode até ser turbulento, hostil, competitivo, mas será internalizado pelo sistema como "dinâmico", pois situações conflituosas têm de ser absorvidas na vida regulada do sistema. Apagam-se, assim, no conceito de dinamismo, as lutas e negociações dos atores sociais e a sua possibilidade de re(construir) o sistema em novas bases.

A própria separação entre o interno e o externo é sistêmica, porque os aspectos técnico-políticos estão sempre presentes nos processos sociais: o interno necessariamente reflete o externo e vice-versa, deixando aquela superação artificial.

É disso, portanto, que Marteleto e González de Gomez estão falando quando entendem ser essa compreensão limitante para a ciência da informação, cujo paradoxo é exatamente esse: ao mesmo tempo que a ciência da informação quer alcançar o máximo de intervenção possível no espaço intermediário entre o conhecer e o comunicar, ela não consegue intervenção de forma ampliada, pois o quesito da separabilidade a impede.

Reza esse quesito que os fenômenos sociais são como os vírus e as viroses; é preciso, então, isolá-los. Ora, a ciência da informação é uma ciência social. Não há porque formularmos teorias epidêmicas para essa ciência. A epidemiologia dos fenômenos informacionais aparece, contudo, em todas as subáreas da ciência da informação, quer na compreensão do próprio objeto (o que é informação), quer na

compreensão do uso e da geração deste objeto, quer nas formulações da administração e do planejamento do conjunto das ações informacionais.

Todas as informações dos autores internacionais na apreensão do que venha a ser informação são compreensões epidemiológicas. A informação fica sendo, na compreensão desses autores, algo que reduz incerteza; ou então algo que modifica comportamentos; ou então que muda a mente, a percepção ou a memória interior (tesouro); eu tenho uma situação problemática que provoca uma "anomalia" na minha consciência cognitiva, a qual desencadeia em mim uma "busca de informação". Ok. Mas isto explica algo? São explicações tão gerais que não explicam nada. Por isso dizemos formais. Porque vazias de conteúdo. Explica alguma coisa dizermos que informação reduz incertezas? No geral, ok. No específico, nós teríamos de discutir incertezas de quem e para quem. Aí, exatamente, a teoria de sistemas deixa a desejar. Porque entende os atores sociais apenas de forma funcionalizada, em "nichos institucionais" para usar a expressão de González de Gomez<sup>5</sup> "sem nexos referenciais... sem articulações epistemológicas nem políticas" (aqui é preciso contraporermos a proposta lyotardiana de Araújo<sup>3</sup>, o que faremos no fechamento dessa reflexão).

O pressuposto de que há um vírus no ar que requer ser isolado marca esses anos iniciais de ciência da informação. O fato de sermos uma ciência social implica a impossibilidade de lidarmos com ela naquele pressuposto de separabilidade dos seus fenômenos.

## USUÁRIOS DE INFORMAÇÃO

Além da tentativa de definir informação toda ela baseada no pressuposto funcionalista de elemento de regulação (alguns autores dessa postura estão bem mapeados em Marteleto e González de Gomez), os famosos usuários de informação viram válvulas de regulação do sistema. Na verdade, a idéia de "médiuns reguladores" está colocada na obra do maior sociólogo conservador deste século, que é Talcott Parsons. Parsons escreve em 1937 o seu famoso *The structure of social action*<sup>6</sup>

As ações sociais seriam integradas por meios reguladores como o dinheiro, o poder, o prestígio e os valores. Não cabe aqui detalhar a sociologia parsoniana, mas cabe elucidar que Parsons importa da economia liberal a idéia de equilíbrio ótimo entre produção e consumo. Cabe elucidar também

que o funcionalismo americano moldou o nosso século em todas as áreas das ciências sociais. Tanto assim que a ilusão equilibrada entre produção e consumo invadiu e invade quase todos os autores que escreveram e escrevem sobre usuários de biblioteca no mundo ocidental.

Ora, o marxismo já demonstrou que não existe esse equilíbrio entre produção e consumo; não existe e não pode haver esse equilíbrio em se tratando de economias capitalistas, pois a expansão da racionalidade moderna leva à superprodução. Essa análise é importante também para os estudos de produtividade que abundam na pós-graduação<sup>7</sup>. Ora, se não existe esse equilíbrio entre produção e consumo, a consequência imediata da superprodução de informações é a sua subutilização, ou subconsumo. Mas, como os autores estão mergulhados na ilusão equilibrista, a subutilização das bibliotecas) dos sistemas de recuperação da informação e das bases de dados fica incompreensível. Eles partem, então, para o estudo de usuário. Com pinças, éter, luvas e mercúrio cromo, correm atrás do vírus. E aí, bem ao gosto do funcionalismo, vão separando uso, demanda, desejo e necessidades<sup>8</sup>. Outros, não satisfeitos com a racionalização terminológica de Line, precisam-na melhor em conceitos como demanda potencial total, demanda potencial individual, demanda latente, demanda manifesta ou expressa; a demanda expressa, por sua vez, se subdividiria em demanda satisfeita e demanda não-satisfeita<sup>9</sup>.

Essa anedótica arquitetura conceitual, de resto totalmente estéril, só é útil para a indústria de informação que vive de venda de palavras (de informações).

## ADMINISTRAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

A administração absorveu tudo dos pressupostos sistêmico-funcionais. O ambiente externo é tido como perturbador à ordem interna do sistema.

Fala-se muito hoje em planejamento estratégico e a idéia de estratégia parece que vai nos libertar das normalizações feudais regidas pelo costume e tradição; hoje lidaríamos com noções mais espertas e inteligentes. A noção de estratégia parece-me interessante. O planejamento estratégico muito se nutriu da teoria dos jogos. É preciso antecipar a jogada do outro como elemento de regulação da nossa jogada. Como no jogo de xadrez. Ninguém joga para perder ou para empatar. Qual é, então, o projeto político que embasa nossas jogadas informacionais?

Vejam: planejar as ações é fundamental. Planejar estrategicamente, tanto melhor. Mas a noção de estratégia não está necessariamente ligada a uma concepção de sociedade-sistema em que a sociedade e as instituições viram um plexo de sistemas em interação harmônica. As instituições não são um nexo coeso de metas, objetivos e fatores críticos de sucesso. As instituições são palco de contradições e lutas de interesse. Lutas contraditórias, sem dúvida, pois nelas estão agindo atores sociais os quais representam temporalidades históricas diferenciadas; alguns representam este tempo vivido com tudo o que tem nele de lógica social; outros apontam e agem em uma outra temporalidade de superação da lógica social vigente. Os atores não estão todos lá para obedecer ao plano diretor, esse grande sujeito da história, pois, quando o planejamento estratégico está montado em cima da visão sistêmica de sociedade, o político tecnifica-se e nega-se o técnico para ressaltar o político das estratégias. Estratégia significa jeito. E jeito é política. O *que é política* é um livrinho que tem um jogo de xadrez na capa<sup>10</sup>. É como se o planejamento estratégico fizesse uma "utilização" dos atores sociais; a abordagem é utilitária. Sujeitos sociais: suportes do plano!

Ora, uma análise mais crítica entende as instituições atravessadas pelas lutas ideológicas e de poder presentes na sociedade; os atores sociais funcionalizados nas instituições não se dividem, sem ambigüidade, em níveis estratégico, tático e operacional. Tal divisão, muitas vezes já interiorizada pelos próprios atores, reflete a estrutura social, onde a divisão técnica é já divisão social. Na pesquisa de Baldo-vinotti<sup>11</sup>, por exemplo, os atores do nível estratégico e tático pensam-se política e tecnicamente capazes, enquanto os operacionais entendem-se capazes apenas tecnicamente). É preciso então lutar para que a capacitação técnico-científica signifique também capacitação política para que os operacionais não se engaiolem nas suas especializações, permanecendo aí apenas especialistas e não chegando nunca a 'dirigentes' (especialista + político).

A área de administração de sistemas de informação precisa de novos ares referenciais: nas demais áreas das ciências sociais, as análises institucionais contam, em suas bibliografias, com autores como Max Weber, Michel Foucault, Jurgues Habermas, Louis Althusser, Antonio Gramsci, além de psicodramatistas e psicanalistas. Toda intervenção é, ao mesmo tempo, excludente, na medida em que inclui certas ações e exclui outras. Isso é constitutivo das instituições. As instituições não podem fazer tudo ao mesmo tempo. Por aí elas adquirem especificidade. O es-

pecífico de cada instituição é exatamente a possibilidade de fazer certas coisas e não outras. Onde podemos intervir é nas escolhas das ações informacionais. Por isso, uma análise crítica das instituições precisa questionar as suas escolhas. Bem disse Offe<sup>12</sup>: "A crítica não incide em sua qualidade natural como instituição, quer dizer, em sua função excludente de ações, mas no caráter discriminatório e interessado dessa uniteralidade, ou seja, no fato de favorecer com vantagens determinados atores e discriminar outros. Somente nesta medida uma teoria das instituições pode ser crítica".

Nesse sentido, quando analisamos uma área de conhecimento, o mesmo raciocínio se aplica: a ciência da informação eleger no berço, no nascedouro, a informação científica e tecnológica (ICT) para ser o seu centro de atenções, excluindo todos os outros tipos de informação. Por isso González de Gomez identificou a valorização da ICT como uma das inserções (paradoxais) da informação na modernidade. Essa escolha tem implicações ideológicas que ficam ocultas em uma "ontologia" funcionalista, a qual não problematiza conteúdos, mas apenas "fluxos" informacionais. A área de informação fica presa no organograma da instituição maior e nos plexos retangulares ou circulares das pirâmides conceituais da administração.

### TERCEIRA VIA: A LISTAGEM COMO MEIO REGULADOR DAS AÇÕES SOCIAIS

Tanto o marxismo quanto o funcionalismo são teorias das ações sociais; aliás, esses são, ao meu ver, os dois grandes marcos teóricos dos últimos 50 anos. São duas, aliás, as formas de analisar as ações sociais (já dissemos que ações informacionais são ações sociais?). Ou procura-se pela forma de produção dessas ações e de como elas se produzem e se reproduzem; ou trabalha-se já com o resultado das ações cristalizadas nas instituições.

Em linhas bem gerais, o marxismo está identificado com a primeira postura; das instituições cuida o funcionalismo. Mas cuida de forma separatista, segundo a qual o externo funciona como elemento de regulação. É neste sentido que informação entra como reguladora dos sistemas. Os dois pólos de geração e uso (geradores e usuários) entram no sistema, a *posteriori*, como parte do ambiente externo ao qual o ambiente interno tem de se reportar. Neste sentido, também, é que informação vira coisa, registro, produto. Primeiramente, a informação é insumo da produção; depois, ela é produto da indústria da informação.

É difícil falar dos "ismos" sem configurá-los em grandes marcos. Tanto o marxismo quanto o funcionalismo têm uma história de um século em que centenas de autores vieram iluminar partes da teoria; assim, o marxismo apenas começou com Marx. Rosa Luxemburgo, Lenine e Luckaks fizeram análises importantes entre 1900 e 1930; a escola alemã de Frankfurt teve a sua produção bastante influenciada pelo cenário pós-nazista. Não é por acaso que todos os seus teóricos, como Adorno, Marcuse, Fromm, Benjamin, Horkheimer e o próprio Habermas trabalharam as questões da superestrutura como a cultura e o Estado. Quem já não ouviu falar em indústria cultural? Os temas da razão e da cultura entraram no debate das universidades, graças aos pensadores frankfurtianos. Foi enorme a influência desses pensadores nas áreas de comunicação e nos debates sobre cultura de massa, inclusive no Brasil<sup>13</sup>. Penso que, no limiar do século XXI, a Escola de Frankfurt deve voltar à tona, especialmente agora, quando as teses de MacLuhan parecem mais verdadeiras: a mensagem é o meio? Falta citar o originalíssimo pensamento de Antonio Gramsci, na Itália de 1930, mas cuja originalidade e universalidade nos instiga ainda agora<sup>14</sup>. A mesma influência teve a escola francesa nas análises institucionais.

O funcionalismo, por sua vez, também aprendeu com o próprio funcionalismo e remonta também ao século passado, apesar de sua consolidação como visão de mundo ter-se difundido a partir da obra de Parsons, pensada para a sociedade americana dos anos 30. A teoria de sistemas é um exemplo de atualização funcionalista recente.

Nesta última década têm surgido contribuições que apontam, quiçá, para uma terceira via entre marxismo e funcionalismo. A grande reconstrução de Jurgues Habermas no pensamento ocidental pode ser indicativo da terceira via.

A teoria da ação comunicativa de Habermas<sup>15</sup> tem sido discutida com muito interesse nos últimos dez anos tanto na Europa, quanto na América.

Discípulo de Adorno e formado na tradição frankfurtiana, dificilmente se poderia dizer, hoje, que Habermas é marxista, pois ele desloca a categoria central do marxismo, o trabalho, para interação – aquele pertencente à esfera técnico-instrumental (estratégica) e essa pertencendo a outro tipo de racionalidade que ele chama de comunicativa, dialógica, visando ao entendimento. Como essa divisão parece-me sistêmica, arrisco situar Habermas em uma posição intermediária entre os dois gran-

des marcos. Há uma novidade radical neste autor: a linguagem como meio regulador das interações sociais. Esta, aliás, tem sido a coqueluche de toda uma linha de pensamento da escola francesa, como M. Foucault, Derrida, Lacan (psicanálise) e o próprio Lyotard.

Precisemos as categorias: nos clássicos como Marx e Gramsci a categoria "luta de classes" é fundante do social, tanto quanto o conceito de dominação e hegemonia (em Gramsci). Habermas é tão crítico quanto todos os outros no que tange à colonização pelos sistemas do mundo da vida. Mas os seus atores não entram mais em luta de classes; agora eles "negociam" o acordo mediado pela linguagem.

A linguagem também está em Lyotard no famoso livro *O pós-moderno*, publicado em 1979. Como Habermas e Lyotard têm sido citados na literatura de ciência da informação e especialmente pelas três autoras aqui mencionadas, vale a pena retermos as suas contribuições. Com exceção de Habermas, a escola francesa da linguagem está sendo chamada de "desconstrucionista". Porque desconstrói os grandes marcos interpretativos.

Lyotard, por exemplo, desfere uma guerra absoluta à totalidade, totalidade que foi a categoria-chave do marxismo lukacsiano de 1929. Mas Lyotard vai além: não só a nossa época caracteriza-se pela fragmentação do discurso científico, como é mesmo pela fragmentação que a ciência pós-moderna acumula conhecimento, e por ela também que o homem pós-moderno conhece, isto é, por saltos, por paralogia, por aproximação de informações. Solla Price já tinha dado por saturada a ciência na década de 60; hoje, diz-se crescer o conhecimento tecnológico. O caso do fax como artefato tecnológico é um exemplo disso: os princípios científicos da fotocópia e da telefonia já estavam bem desenvolvidos: juntando os dois resultou o fax. Dizemos, neste sentido, que hoje informação é fator de produção e só o é na medida em que possibilita descobertas por ajuntamento de informação; é a possibilidade de juntar informação, já pronta, o processo que descobre o novo, hoje, mais do que o teste no laboratório; por isso a expressão sociedade de informações.

Ao dizer que a ciência pós-moderna não passa de uma espécie de discurso, Lyotard está desmistificando a ciência, e isso é bom. Mas também está colocando o vínculo social ou a sociabilidade no discurso, na linguagem. Os lingüistas é que adoram dizer que a linguagem funda o mundo<sup>16</sup>. Para mim sobra a dúvida: a linguagem cria mesmo o mundo? Por isso quis reforçar o óbvio, dizendo que a sociedade de informações é sociedade do trabalho<sup>17</sup>, pois,

na minha leitura de Marx, o trabalho não é meramente uma atividade de manipulação econômica (estratégica) do homem sobre a natureza, mas algo mais antropológico, em que o homem, ao fazer o mundo, se refaz incessantemente.

Nós fomos criados dentro da ciência da informação em uma ideologia segundo a qual informação é poder. Nesse sentido, o livro de Lyotard é a mais autêntica epistemologia da ciência da informação, pois aquilo tudo que ele descreve (a fragmentação do conhecimento científico e a sua inserção nas bases de dados) são, de fato, os fatos com que lidamos – reconhecidos, por inteiro, pela ciência da informação. Aliás, essa ciência nasceu em um momento determinado da modernidade. Momento que González de Gomes<sup>2</sup> analisa em três facetas: a informação insere-se na modernidade mediante a noção de sistemas de recuperação de informação; as novas tecnologias; a valorização em informação científica e tecnológica. Trata-se de três inserções que a autora considera paradoxais e prenhe dos mesmos paradoxos da modernidade, pois nenhuma dessas inserções garantiu a informação para todos. Padecem, portanto, dos mesmos paradoxos da própria modernidade, cujo projeto de emancipação da humanidade pelo desenvolvimento da razão ainda não levou todos à emancipação. Mas essa foi a promessa iluminista iniciada no mundo moderno.

Quando Descartes fez o *Discurso do Método*, entre 1500 e 1600, inaugurou a modernidade exatamente na concepção de método racional. Se agora pode-se conhecer o mundo racionalmente, sem as superstições medievais, é por que tem-se método para tal. Não é de qualquer jeito. "Penso, logo existo" traduz no que se assenta a existência do homem moderno: na razão. São séculos de modernidade já vividos sem que as promessas iluministas tenham-se realizado.

A despeito disso, os homens experimentaram um desenvolvimento extraordinário de expansão da racionalidade. O que está faltando, então? Está faltando "distribuir a razão"; comunicá-la; transferi-la; veiculá-la. Processos esses que não são apenas técnicos e internos aos sistemas de recuperação de informação. Daí serem insuficientes os modelos homogeneizadores da modernidade, como a concepção de "método", e depois de "sistemas" analisados por González de Gomez.

A expansão da racionalidade na modernidade levou a outro paradoxo que Max Weber chamou de "esferas axiológicas da moral, ciência e arte" – essas esferas que no mundo medieval estavam juntas, na modernidade se separaram e se autonomizam. Ficam tão independentes que a

autonomização passa a atuar também no interior de cada uma, de sorte que à ciência, os cientistas, à arte, os artistas. A moral, à parte. São as famosas especializações com seus múltiplos jogos de linguagem. A sociedade virou, assim, um verdadeiro mercado de discursos particulares. Esse mercado informacional busca seu ponto de equilíbrio na produção e consumo finais de informação. A questão levantada por González de Gomes é a seguinte: nesta racionalidade circular que movimenta a oferta e procura de informações, que papel desempenha a ciência da informação? Até que ponto a ciência da informação pode intervir na transferência de informação sobre o conjunto da sociedade ou até que ponto a intervenção cultural e política do conjunto da sociedade intervêm nos discursos particulares e hegemônicos registrados nas bases de dados?

Aqui, sim, parece-me que um autor do porte de Habermas oferece mais recursos para a ciência da informação e González de Gomez tira disto o melhor proveito. Se entendendo bem as autoras que analiso, González de Gomez traz Habermas para enfrentar os desafios que esta ciência tem que se pôr. Por isso, ela fala não em paradigmas homogeneizadores como é noção de método e sistema, mas propõe pragmáticas do agir informacional. A teoria de ação comunicativa de Habermas serve a esses propósitos, pois a razão comunicativa passa por acordos negociados na direção ao entendimento, e não pelas categorias técnicas de eficiência, eficácia, produtividade – categorias essas carregadas de tecnicismo e esvaziadas do aspecto político. São, com efeito, a tecnificação do político.

Enunciemos a pergunta-síntese com que iniciamos: a informação é elemento regulador de sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno?

Vimos que os especialistas internacionais andaram pelos caminhos da regulação; apontamos Marteleto e González de Gomez como autoras brasileiras dando conta das limitações desta compreensão. Agradecemos a Marteleto por ter sintetizado, em uma só pergunta, uma enorme discussão, síntese que, sem dúvida, custou-lhe análise, trabalho e reflexão. Destacamos o pensamento de González de Gomez nos paradoxos e desafios da ciência da informação. Falta ainda contrapô-lo ao pensamento de Araújo<sup>3</sup>, especialmente na defesa, por essa autora, da obra de Lyotard, como referencial adequado à ciência da informação. Contraposição que remete à polêmica entre Habermas e Lyotard, pois suas posturas são muito diferentes. Divergentes são, portanto, as ações informacionais derivadas de dois marcos interpretativos.

Pode-se obter uma pitada da polêmica nos termos dos próprios Habermas e Lyotard na revista *Arte em revista*<sup>18</sup>, onde Habermas chama Lyotard de neoconservador; ao que Lyotard responde: "Mas com que espécie de unidade sonha Habermas?"

Habermas sonha com uma unidade: a da razão comunicativa permeando o sistema econômico e o Estado com o mundo da vida. Ele tem uma concepção dual de sociedade: o sistema regido pela razão técnico-instrumental (estratégica) representado nas esferas do Estado e da economia, isto é, o mundo do trabalho de um lado e as outras dimensões simbólicas, interativas, onde estão as instituições culturais como escolas e meios de comunicação, essas regidas pela razão comunicativa, dialógica.

Por patologias da modernidade, essas esferas se automatizaram a tal ponto que passaram a "invadir" todas as outras dimensões da sociedade "colonizando" essa nova vida aqui em baixo, onde, potencialmente, idealmente, comunicamo-nos de forma a nos fazer entender. Não que não nos enganemos. Não que não nos contemos mentiras. Mas, potencialmente, todos temos competência lingüística de nos entendermos; "são regras assentadas na confiança de que é possível e desejável falar com sinceridade, falar acerca de algum referente objetivo e verificável, falar dentro de uma ordem normativa legitimada pelo grupo de interlocução, falar de fato, de modo a ser entendido por todos. Se não existe nenhuma expectativa sobre a aceitação recíproca dessas regras, não existe comunicação, não existirá "fluxo" de informação. Para Habermas essas regras são básicas e comuns à definição formal de todo jogo de linguagem, (p.120<sup>2</sup>)

Vejam bem: essas regras formais são as regras da própria linguagem. Estão postas na argumentação discursiva, e não dependem da vontade de ninguém. Por isso são formais. Por isso, fala-se em pragmática, por ser mesmo um programa prático da comunicação. As mentiras ou proposições estrategicamente defeituosas podem ser formalmente corrigidas pelo processo argumentativo, sempre disponível. A argumentação pressupõe quatro reivindicações de validade: o postulado da igualdade comunicativa, isto é, todos têm igual chance de falar; o postulado de igualdade de fala, isto é, todos têm igual chance de interpretar, asseverar, recomendar, explicar e justificar; o postulado da veracidade: todos têm igual chance de expressar idéias, sentimentos e intenções pessoais; o postulado de correção de normas: todos têm igual chance de mandar, de opor-se de permitir ou proibir de fazer promessas e de retirar promessas. Os mal-entendidos

podem, assim, ser corrigidos pela possibilidade formal da própria linguagem.

Nas palavras do próprio Habermas, "a práxis cotidiana reificada só pode ser superada pela livre interação dos elementos cognitivos com os prático-morais e estético-expressivos" (p.89<sup>18</sup>)

Aqui, exatamente aqui, é a tão sonhada unidade habermasiana contestada inteiramente por Lyotard, pois Habermas quer resgatar a unidade, ao mesmo tempo posta e perdida pela modernidade. Posta, porque a modernidade foi o grito de liberdade da razão que iria universalizar a ciência (todos têm direito à ciência), universalizando a arte (não apenas a arte religiosa, como foi praticada pelos medievos) e universalizando também a moral (não mais uma moral baseada na tradição e na autoridade, mas uma moral universal para todos os homens e, sobretudo, moral racional, baseada na razão).

Unidade perdida porque a autonomização da racionalidade nestas esferas da moral, da ciência e da arte foi de tal ordem que igualou tudo pelo lado da razão técnico-instrumental-estratégica, de sorte que à ciência ficou apenas um problema cognitivo de adequar um meio a um determinado fim, afastando-se dos interesses da humanidade enquanto espécie. A moral fragmentou-se de tal forma que hoje cada grupo particular tem sua própria moral: negro, índio, mulher, homossexual, estudantes e ecologistas, por exemplo. E a estética, ou expressão subjetiva das emoções e sentimentos, fragmentou-se também, isolando-se.

Habermas sonha, então, com essa unidade ao mesmo tempo posta e perdida pela modernidade. Daí ele acreditar que a modernidade é um projeto inacabado e que, para acabá-lo, é preciso mexer nas reservas do mundo da vida onde as competências comunicativas ainda subsistem, idealmente, como recurso humano. Sonha, portanto, com uma razão que responda ao mesmo tempo o cognitivo, o de direito (prático-moral) e o estético-expressivo. Para tal, ele reconstrói todo o pensamento ocidental de ponta a ponta: vai a Marx e sai de Marx; vai a Parsons e sai de Parsons; vai aos lingüistas Austin e Apel e sai deles; vai ao pragmatismo americano e sai dele; vai a Popper e sai dele: vai ao mestre Adorno e sai dele. Vai a Weber, o grande Weber, e encontra lá o sujeito epistêmico solitário, monológico.

Habermas reconstrói, por assim dizer, todo o pensamento ocidental. Por isto, a sua teoria de ação comunicativa tem suscitado intenso debate nos últimos 10 anos na Europa e América, inclusive entre nós. Agora, também na ciência da informação.

Tamanha heterodoxia não deixa de me confundir, especialmente em alguns pontos sobre os quais minha ortodoxia ainda não permitiu abrir mão (a dualidade, por exemplo, entre trabalho e interação). Mas é mister reconhecer que novos paradigmas como o da razão comunicativa renovam, por inteiro, os paradigmas clássicos da ciência da informação como o funcionalismo, o behaviorismo e todos os pragmatismos utilitaristas de que se serviu essa ciência até agora<sup>19</sup>.

Lyotard<sup>20</sup> é um autor importante na medida em que desenvolve uma epistemologia dessa ciência da informação que conhecemos e que precisa ser reconstruída. "Trata-se, agora, de mudar o olhar, colocando o processo de comunicação em um campo conceitual mais amplo, que inclua as condições culturais, históricas, sociais dos processos de informação, condições essas quase sempre consideradas como 'fatores externos' que alterariam a *posteriori* as 'aplicações' ou a distribuição dos produtos do conhecimento/informação já construídos. Pretende-se, pelo contrário, que as condições sociais e as matrizes comunicacionais constituam parte das condições iniciais de gerações e uso de conhecimento/informação" (p.119<sup>2</sup>).

Ora, essa proposta gomeziana de mudar o olhar implica perguntar pelo "nós informacionista" (p.166<sup>5</sup>). Se a informação pode mudar o mundo, vai depender do projeto político dos atores informacionais e da sua capacidade de articulação técnico-científica. "Até onde é um sujeito técnico ou sujeito político? Qual o grau de agregação dos agentes das práticas de informação? Qual o grau de articulação social destas práticas para servir de suporte a uma consciência maior e melhor das possibilidades e responsabilidades da informação? A quem ou ante quem, responde, enfim, o "nós informacionista?"<sup>5</sup>.

Para Lyotard, e se entendo bem o conjunto da sua obra, o "nós" é categoria ultrapassada da modernidade. O "nós" em Lyotard é relato, é narrativa, é projeto político, é intencionalidade. É, enfim, ideal setecentista. Gonzalez de Gomez, por exemplo, destaca a universidade como espaço crítico capaz de subverter a ordem da indústria de informação (p.122<sup>2</sup>). Lyotard não quer subverter ordem nenhuma. Não acredita mais nisto. A ordem é esta, a da indústria da informação e salve-se quem puder. A legitimidade do saber é extramuro universitário, não na esfera pública (como quer Habermas), mas na esfera privada da indústria de informação; a forma de conhecer o mundo é também esta, pontual, paralógica, não reflexiva, não crítica e principalmente fragmentada. Morte aos relatos. Morte às narrativas. Agora vai pelo

desempenho, pelo funcionamento. Acabou o sentido do mundo. Trata-se apenas de acessar informações nas bases de dados, essas enciclopédias de hoje em dia. Base de dados, natureza para o homem pós-moderno. Daí a denominação que Habermas atribui a Lyotard: neoconservador! Lyotard rejeita a unidade da modernidade cultural, mas conserva e aplaude, sem reservas, a modernidade social em que a ciência e a técnica entram como reguladores da sociedade, sem quaisquer considerações éticas ou estéticas. Para ele, sonhos habermasianos.

As diferenças, portanto, entre Habermas e Lyotard não são apenas terminológicas e definidas por um prefixo: modernidade ou pós-modernidade: nem apenas porque as regras da pragmática comunicacional, para Habermas, são comuns a qualquer discurso, ao passo que para Lyotard as regras são irreduzíveis aos vários discursos sociais. Ambos fazem uma pragmática informacional, e para ambos a intersubjetividade do discurso define a linguagem como o lugar propriamente existencial. Mas um caminha na lógica da emancipação pela descolonização sistêmica dos mundos da vida. Outro entende que é essa industrialização dos mundos da vida que emancipa a humanidade. Defendo, portanto, a reconstrução da ciência da informação, não em termos lyotardianos de tamanho dos sistemas de informação (do grande para o pequeno), mas em termos de veiculação dos discursos contraditórios e de suas intencionalidades.

## New theoretical approaches at the XVI National Meeting of Library Science Students

### Abstract

*New theoretical approaches of information science are analysed within Habermas and Lyotard controversy.*

### Keywords

*Information Science/theoretical approaches.*

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E NOTAS

- MARTELETO, R.M. Informação: elemento regulador dos sistemas, fator de mudança social ou fenômeno pós-moderno? *Ciência da Informação*, Brasília, v.16, n.2, p.169-180, jul./dez. 1987.
- GONZÁLEZ DE GOMEZ, M.N. O objeto de estudo da ciência da informação: paradoxos e desafios. *Ciência da Informação*, Brasília, v.19, n.2, p.117-122, jul./dez. 1990.
- ARAÚJO, V.M.H. O campo do pós-moderno: o saber científico nas sociedades informatizadas. *Ciência da Informação*, Brasília, v.18, n.1, p.21-27, jan./jun. 1989.
- MOSTAFA, S. P. Ainda sobre metodologia. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*. Belo Horizonte, v.15, n.2, p.171-201, 1986.
- GONZÁLEZ DE GOMES, M.N. O papel do conhecimento e da informação nas formações políticas ocidentais. *Ciência da Informação*, Brasília, v.16, n.2, p. 157-167, jul./dez. 1987.
- PARSONS, T. *The structure of social action*. New York: The Free Press, 1967/c 1937, 817p. Ver também do mesmo autor: *The social system*. London: Routledge & Kegan, 1951. 575p.
- MOSTAFA, S.P.; MARANON, E.I.M. Os intelectuais e sua produtividade. *Ciência da Informação*. Brasília, v.22, n.1, p. 22-29, jan./abr. 1993.
- LINE, D.M. Draft definitions: informations and library needs, wants and uses. *ASLIB Proceedings*, v.26, n.2, p. 87,1974.
- ROBERTS, N. Draft definitions: information library needs wants, demanda and uses: a comment. *ASLIB Proceedings*, v.27, n.7, 1975.
- MAAR, W.L. *O que é política*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BALDOVINOTTI, J. A. *Sistema de informação para a área de instrumentação agropecuária: o planejamento estratégico no diagnóstico das necessidades de informação*. Campinas: PUCCAMP, 1993 [dissertação de mestrado].
- OFFE, C. Razão e política. *Lua Nova*. 19 nov, p.81-106,1989.
- FREITAG, B. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- A originalidade de Gramsci está em que ele renova a teoria marxista ao valorizar a organização da cultura como estratégia de construção de uma nova ordem social. Tal organização da cultura, porém, não está solta na mão dos cultos. Está amarrada no partido político, no sindicato e nos famosos 'conselhos da fábrica'. Os conselhos de fábrica (tema tão discutido em São Bernardo nos últimos anos) são para Gramsci o embrião do novo Estado. O Estado passa a ser também a sociedade civil. Nessa, a cidadania se dá na relação entre as classes. Como as classes, embora tendo seu solo no conjunto das relações econômicas, só se desenvolvem plenamente com a criação dos seus intelectuais. Isso mostra que a obra gramsciana não pode ser "usada" ou "referenciada" a moda da intertextualidade pós-moderna, tal a sua organicidade. Gramsci não escreveu nenhum livro. Durante o período do cárcere escreveu 29 cadernos que posteriormente foram 'editados' por temáticas, sob a responsabilidade do partido comunista italiano. Assim, os temas culturais foram reunidos num único texto a que os editores chamaram "Os *intelectuais e a organização da cultura*", publicado na Itália em 1949 e no Brasil em 1968 pela Civilização Brasileira. A mesma Civilização Brasileira publicou os temas políticos intitulando-os *Maquiavel a política e o estado moderno* (1949 na Itália; 1968 no Brasil); os temas filosóficos ficavam com o título de *A concepção dialética da história* tradução censurada de "materialismo storico" (1948 na Itália: 1966 no Brasil); *Literatura e vida nacional* reuniu os escritos literários; os temas historiográficos não tiveram tradução para o português: *O risorgimento e passado e presente*. Essa imensa produção intelectual refere-se ao cárcere, onde ele já esta preocupado em compreender o poder do fracasso revolucionário na Itália. Anteriormente ao cárcere (sua prisão se deu em 1926), Gramsci trabalha com a atualidade da revolução; aí como jornalista e intelectual organizador da classe trabalhadora, escreveu mais de 1000 artigos, notas e editoriais, muitos das quais sem assinar o próprio nome. Tudo passava debaixo da sua pena: desde a crítica dos costumes onde ele discutia o cotidiano até a reelaboração da teoria marxista. *A recepção de Gramsci no Brasil* é um capítulo do livro *Cultura e sociedade no Brasil* de Carlos Nelson Coutinho publicado pela Oficina de Livros em Belo Horizonte, 1990. Sobre a *leitura dos textos gramscianos*: usos e abusos de Edmundo Fernandes Dias é um artigo a ser brevemente publicado em livro cujo título provisório é: "A atualidade brasileira de Gramsci". Esses dois textos pontuam os problemas ideológicos das edições tanto italianas quanto brasileiras.
- HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa*. v.1: Racionalidade de la acción y racionalización social. Madrid: Taurus, 1987. 517p.
- KOCH, I.V. *A inter-ação pela linguagem; linguagem e sociedade; a construção interativa dos sentidos no texto - estratégias dos jogos de linguagem*. São Paulo: Contexto, 1992.
- MOSTAFA, S.P. Sociedade de informação: sociedade do trabalho. *Transinformação*. (No prelo).
- HABERMAS, J. Modernidade versus pós-modernidade. *Arte em revista*, v.5, n.7, p.86-90, ago. 1993, LYOTARD, J.F. Respostas a questão: o que é pós-moderno? idem p. 94-96.
- MOSTAFA, S.P., UMA, A.B.A., MARANON, E.I.M. Paradigmas teóricos da biblioteconomia e ciência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, v.21, n.3, p.216-222, set./dez.1992.
- LYOTARD, J.F. *O pós-moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. (1ª ed. em 1979).

*Comunicação aceita para publicação em 3 de novembro de 1993.*

### Solange Puntel Mostafa

Professora titular do Departamento de Pós-graduação em Biblioteconomia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, São Paulo.